

NOTICIÁRIO

TOMBAMENTO DO "CASARÃO" DE JOAQUIM EGÍDIO

À Professora Regina Márcia Moura Tavares, diretora do Centro de Cultura e Arte de nossa Universidade, coube relatar no Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Campinas, o processo 039.919/88, relativo ao tombamento do imóvel conhecido por "Casarão", à Avenida Heitor Penteado, nº 1172 (esquina com rua José Inácio), no Distrito de Joaquim Egídio. Dado o interesse do parecer elaborado pela ilustre professora e conselheira, aprovado por aquele Conselho, julgamos oportuno transcrevê-lo:

No ano de 1976, numa edição de domingo do mês de outubro, o jornal "Correio Popular", da cidade de Campinas, abria matéria sobre o destino de Joaquim Egídio com os seguintes dizeres:

"O distrito de Joaquim Egídio, embora não oficialmente, fundado em 1842, praticamente parou no tempo: o número de habitantes há muito vem registrando o mesmo índice oscilando entre oito e nove mil. Apesar da vida simples da maioria, os problemas que a população encontra atualmente, segundo moradores, parece que aumentaram a cada dia. Isso em virtude do custo de vida, salários baixos de quase a totalidade da população e a falta de empregos. A cafeicultura, principal atividade do Distrito, com o passar do tempo, extinguiu-se quase que totalmente, conservando apenas minguado comércio de pequenos empórios, bares e mercearias".

Em dezembro de 1988 chegava a este Conselho um pedido de tombamento do "Casarão" do referido Distrito, assinado por 174 moradores, ou seja, quase 20% de sua população urbana.

Na leitura do projeto da arquiteta Ana Vilanueva, encarregada da restauração do imóvel em 1987, a fim de que o mesmo servisse como sede da sub-prefeitura de Joaquim Egídio e Ponto de Cultura, percebe-se a preocupação em justificar a preservação de um bem, muito mais pelo seu uso do que pelo trabalho de criação que o mesmo possa conter. Citando Ulpiano Bezerra de Menezes: "Se se toma cultura como a maneira de organizar a existência" conclui a restauradora que não se pode olhar para os bens culturais desvinculando-os de sua dinâmica cotidiana, isto é, de sua relação com a "vida comum". Insiste, a mesma, na preservação do produto

simbólico sugerindo a desmistificação do bem arquitetônico como função puramente contemplativa, considerando como de importância maior sua reintegração na comunidade, através das necessidades da mesma.

Na justificativa da solicitação do pedido de tombamento, às fls. 33 do processo, lê-se:

“Solicitamos o tombamento do “Casarão” em Joaquim Egídio por várias razões:

1. Proteção de um bem já restaurado;
2. Garantia de um espaço vivo, vital e coletivo onde são realizadas atividades sócio-culturais diversas em benefício das várias faixas sócio-econômicas e etárias da localidade;
3. Conservação da memória local dos moradores, assim como também, de sua identidade local”.

Encarregada por este Conselho de instruir este processo, gostaria de me ater ao 3º item do capítulo “Justificativas” e tecer algumas considerações que, em meu entender, poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente do que a arquiteta Ana Vilanueva já insinuou em suas considerações gerais sobre a validade da restauração do imóvel.

O que pode significar, em termos de identidade local o “Casarão” de Joaquim Egídio?

Qual o papel que ele assume no conjunto simbólico das relações do Homem com seu entorno, que possa justificar esta mobilização da população na direção de seu tombamento?

Quando, há alguns anos, os índios Kraós abordaram o Reitor da USP objetivando a restituição de sua machadinha ritual, na ocasião um item do acervo do museu universitário, poucos sabiam no Brasil que, naquele momento, o até então reduzido grupo nativo passava por uma fase de recuperação da perspectiva de futuro, com um significativo aumento da taxa de natalidade. Instalava-se no seio da população, depois de anos de desagregação tribal, a crença de que havia um futuro possível. Resgatar a machadinha ritual se fazia necessário, na medida que ela reforçava a confiança do grupo em si mesmo.

Vejo, neste pedido de tombamento encaminhado pela população, através de um abaixo-assinado de 174 assinaturas, de um total de 1065 (censo de 1981), uma atitude semelhante a dos Kraós em sua busca de identidade e de permanência. O “Casarão” de Joaquim Egídio deve conter os mesmos ingredientes, a nível do simbólico, do artefato indígena, ou seja, deve representar um bem cuja apropriação coletiva seja capaz de restituir a crença no futuro, a possibilidade da continuação da vida.

Joaquim Egídio surgiu com o esplendor da cafeicultura e o “Casarão” de 1898, de alguma forma, representou para a população a

época da fartura, da vida plena. Construído para ser empório e posteriormente alfaiataria, provavelmente, serviu a mesa dos próprios colonos italianos, de hábitos alimentares diversificados, os quais mais tarde, com suas habilidades artesanais, prestaram serviços à própria aristocracia latifundiária.

Enquanto abandonado, decrépito e destituído de suas funções sociais o “Casarão”, nos anos que se seguiram ao término do ciclo cafeeiro, não mais representou a fé de uma população em si mesma; pelo contrário, passou a incomodá-la com sua presença indesejável, testemunho tangível do fim de um período de glória e de riqueza. Em seus inúmeros contactos com a população local, nos momentos que antecederam ao início das obras de restauração, a arquiteta Vilanueva pode sentir o incômodo que representava para a mesma o prédio abandonado. Pedia-se que o removessem dali; que o pusessem abaixo, pois “enfejava” a cidade e a denegria com seus ocasionais inquilinos mendigos e drogados.

A Prefeitura de Campinas elegeu-o para sede da sub-prefeitura e centro cultural, desapropriando-o e restituindo seu antigo esplendor. O trabalho foi executado com participação intensa da população no projeto que definiu em muitos momentos, o material a ser usado e a técnica a ser empregada. A sensibilidade e a boa formação teórica da profissional responsável pela obra, foram capazes de engajar na proposta de preservação do bem a população do distrito, a qual, sem o perceber, começou então a associar o rejuvenescimento do “Casarão” à uma fase mais promissora para si mesma.

Em minha visita ao local pude senti-lo como foco irradiador de uma nova energia, um catalizador de forças capaz de resgatar a crença de que virão dias melhores para Joaquim Egídio. Os senhores sentados em suas escadarias comentavam as recentes experiências com plantio de café que vêm realizando dois fazendeiros das redondezas.

Sente-se, pairando no ar, uma promessa de futuro. Há um sentimento difuso de que a falta de trabalho, a escassez de recursos, as alternativas cada vez mais limitadas de sobrevivência, poderão ser revertidas. O “Casarão” ali está no coração da cidade, no ponto de convergência dos caminhos das fazendas dizendo que é possível renascer, é possível transformar o “status quo”.

Tal fato fala a favor do que venho defendendo desde longa data, ou seja, que o tombamento de um bem se justifica, sobretudo na medida que já o foi no coração da população. Muito mais do que a excelência dos estilos arquitetônicos que elegemos artísticos e representativos de uma época, do que os eventos da história oficial que tiveram lugar em espaços específicos, deve ser a avaliação do significado de que um bem tem para uma dada população o critério maior norteador num processo de avaliação do que deve ou não ser preservado.

Compete aos poderes municipal, estadual e federal aprofundarem esta questão, descobrindo os mecanismos através dos quais as populações possam assumir a atitude preservacionista, como única capaz de lhes garantir o desempenho de papéis sociais futuros e único terreno sobre o qual o porvir poderá ser concebido, até mesmo através de uma reinvenção do passado.

As 174 assinaturas que reivindicam o tombamento do “Casa-rão” de Joaquim Egídio são o testemunho vivo de que o futuro do Homem tem de estar calcado nos passos da herança social que ele constrói, cumulativamente, ao longo de gerações, pois só ela lhe dá a identidade, só ela o faz sentir-se sujeito da história, só ela lhe dá a crença de que há um futuro possível.

Sou favorável ao tombamento requerido.

Campinas, 03 de maio de 1989.

a) Regina Márcia Moura Tavares

*

SANTA CASA DO ARQUIVO PARA O CENTRO DE MEMÓRIA

A Santa Casa de Misericórdia de Campinas acaba de entregar para o Centro de Memória da Unicamp todo o seu arquivo histórico que guarda a memória da cidade no registro de mais de 500 mil doentes que por ali passaram. Os documentos e livros retratam a história dos 118 anos da instituição. Para o diretor do Centro de Memória, J. R. do Amaral Lapa, o acervo da Santa Casa permitirá o resgate da memória do homem doente para a compreensão de suas dores e sofrimentos, possibilitando a observação dos mecanismos sociais – administrativos e burocráticos, as práticas religiosas e o exercício do poder – e o universo que passa a existir entre médico e doente. “No caso do arquivo da Santa Casa, é o universo da pobreza, a história dos homens e mulheres que, num momento de desorganização de suas vidas, de desconforto, de fatalismo e dor recorrem ao hospital que os atende há tanto tempo”, diz o diretor. (De uma notícia divulgada pelo “Correio Popular”, em 20-6-1989).

*

LAMENTÁVEL DESCUIDO “FERROVIÁRIO”

Em seu número 172, de março do corrente ano, a preciosa “Revista Geográfica Universal”, publicou excelente reportagem sobre Cân-